

**ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL:
desafio para o ensino público**

VITOR H. PARO, CELSO J. FERRETI,
CLÁUDIA P. VIANNA, DENISE T. SOUZA
São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988, 232 p.

Questão polêmica, o provimento de escolaridade de primeiro grau em regime de período integral por parte do Estado tem suscitado muita discussão entre aqueles preocupados com os problemas da educação escolar em nossa sociedade. Nesse sentido, aparece no momento certo o livro de Vitor Henrique Paro, Celso João Ferretti, Cláudia Pereira Vianna e Denise Trento de Souza, *Escola de Tempo Integral: desafio para o ensino público*, que dá uma contribuição efetiva ao debate. Desenvolvida junto ao Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, a pesquisa que fundamenta o presente estudo contou com o apoio financeiro da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Logo nas páginas iniciais, os autores comentam que aqueles que são favoráveis à instalação do período integral justificam a medida no sentido de se procurar resolver o problema do menor abandonado que, "sobretudo nos grandes centros urbanos, é, explícita ou implicitamente, considerado problema de segurança da população. Assim, a escola de período integral apresenta-se como a solução necessária para, tirando o menor da rua, proporcionar-lhe um período diário de aprendizagem e de convívio escolar que represente, ao mesmo tempo, a realização de justiça social a essa parcela da população". Além disso, argumentam os defensores da extensão da escolaridade, a escola atual, com no máximo quatro horas diárias de aulas, é insuficiente para "dar conta de todo o conteúdo educativo adequado ao ensino de primeiro grau" (p. 13).

Por sua vez, aqueles contrários à instalação do período integral fazem suas críticas principais: apontam para o caráter "excessivamente assistencial que os projetos podem assumir" e, também, chamam a atenção para "as condições concretas em que se dá o ensino em nossa sociedade, as quais estão a exigir medidas no sentido de que, antes de tudo, se garanta ensino de boa qualidade em período parcial - o que está muito longe de acontecer

- para depois poder-se falar em extensão da escolaridade para período integral" (p. 13).

Os pesquisadores, participando ativamente do debate, estudam em profundidade duas medidas recentes de extensão do período diário de escolarização que têm chamado a atenção a respeito do tema: os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Estado do Rio de Janeiro, e o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), no Estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada através de uma análise da literatura pertinente, investigação e discussão de experiências que estão ocorrendo, bem como reuniões com pessoas ligadas à realidade educacional brasileira. O trabalho de investigação foi dividido em dois momentos, quais sejam "a realização de um seminário sobre o objeto de estudo, na primeira fase das atividades de pesquisa, e a condução de um trabalho de campo, em uma segunda etapa" (p. 14).

A partir do Seminário - organizado sob a forma de discussão em grupo fechado, para o qual foram convidados especialistas (a quem cabia o desenvolvimento de alguns temas propostos) e outros estudiosos (educadores, assistentes sociais, sociólogos) envolvidos com trabalhos na área de educação - os autores optaram por um enfoque qualitativo, recorrendo às seguintes fontes: "os discursos oficiais a respeito de cada uma das experiências"; "observações diretas numa das unidades do CIEP" (realizada em maio de 1987) e numa experiência do PROFIC (realizada no município de Assis, em agosto de 1987), segundo critérios acertados com os responsáveis por essas experiências"; "entrevistas com profissionais, alunos, pais de alunos e outros informantes diretamente envolvidos com a realização das experiências" (p. 15).

Dividido em três longos capítulos - o primeiro enfocando os CIEPs, o segundo o PROFIC e o terceiro debatendo as questões suscitadas por essas experiências - trata-se de um livro instigante, em que se procurará analisar um conjunto de variáveis que condicionam e interagem no processo educativo como um todo. Assim, no capítulo primeiro, explica-se que o Programa Especial de Educação, de que o CIEP faz parte, surgiu no início do Governo de Leonel Brizola, no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de fazer com que as crianças aprendessem, em escolas públicas modernas e bem aparelhadas, a ler, escrever e contar adequadamente. Para isso, have-

ria a garantia mínima de cinco horas de permanência na escola, produção de material didático especial, fornecimento de refeições e de assistência médico-odontológica nas próprias escolas, reformulação da carreira do magistério etc. No exame do funcionamento do CIEP, os pesquisadores estudaram o bairro e a clientela; as concepções de educação envolvidas (no discurso oficial sobre os CIEPs, no discurso dos profissionais e na prática dos professores alocados no projeto); a relação dos CIEPs com a rede pública de ensino do Rio de Janeiro; a administração escolar; a qualificação do pessoal que trabalha no projeto; a organização da aprendizagem, do espaço e do tempo; o aluno no conteúdo das relações interpessoais da escola; a animação cultural; a educação juvenil e a questão dos alunos-residentes.

O capítulo referente ao PROFIC fala da instituição do Programa em julho de 1986, envolvendo o atendimento da criança fora do período normal de aulas; enfoca a administração da educação no município de Assis e alguns de seus "projetos"; aborda as várias concepções de educação que orientam a educação pública municipal e as relações interpessoais no contexto dos programas e serviços etc.

Finalmente, em "Questões suscitadas pela proposta de escola pública de tempo integral", último capítulo, discutem-se as questões de fundo, tais como as tarefas que devem caber a essa escola pública, a viabilidade da extensão diária da escolaridade e a participação popular na gestão escolar. Entre outras colocações, os pesquisadores afirmam que, atualmente, parece ser mais adequado o estabelecimento de graus de extensão da escolaridade pública de jornada completa. Entretanto, "para isso, é preciso que a extensão seja considerada não apenas em termos de acréscimo do período diário de atendimento, mas também em termos de provimento de condições necessárias ao adequado funcionamento da escola" (p. 226). Além disso, "devem ser levados em conta os recursos materiais (instalações físicas e materiais pedagógicos adequados), bem como a qualidade, a remuneração e as condições de trabalho do pessoal escolar – isso, sem falar na autonomia da instituição escolar para tomar decisões articuladas com os interesses da população atendida" (p. 227).

Gostaria ainda de chamar a atenção para a lúcida articulação que Paro, Ferretti, Vianna e Souza estabelecem, ao relacionar a situação precária em que o ensino público brasileiro se encontra com o descaso que o poder público devota aos demais serviços essenciais a que a população tem direito, tais como saúde, saneamento, moradia e emprego. Todavia, o Estado não pode deixar de considerar as pressões populares, razão pela qual "sua ação se faz presente, mas sempre no sentido de minimizar os efeitos de tais pressões, com medidas paliativas, sem a preocupação primeira de resolver os problemas" (p. 219).

Talvez *Escola de Tempo Integral: desafio para o ensino público* não ofereça respostas definitivas às várias questões que suscita. Mas tem o mérito inegável de contribuir decisivamente para que o tema seja discutido sob ângulos até então pouco explorados, além de se deter no exame da viabilidade e das implicações práticas da extensão da escolaridade de primeiro grau em regime de período integral por parte do Estado – o que, acredito, seja uma das principais virtudes do livro.

Afrânio Mendes Catani